

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do exercício de 2023 desta UPC, encerradas em 31/12/2023, foram extraídas do Sistema SIAFI Web 2023 e serão disponibilizados no sítio da internet no endereço <https://www.trt13.jus.br/transparencia/demonstracoes-contabeis>.

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO 2023

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, criado pela Lei 7.324/1985, é um órgão da administração pública federal direta, com sede na cidade de João Pessoa-PB, tendo como missão institucional a promoção da justiça no âmbito das relações de trabalho, com celeridade, eficiência e efetividade, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Para atender toda demanda de ações e recursos trabalhistas oriunda dos 223 municípios do Estado, o TRT13 conta com 27(vinte e sete) Varas do Trabalho, sendo 13 (treze) na Capital e 14 (quatorze) no interior, e 60 juízes entre titulares de vara (27 magistrados) e substitutos (33 magistrados), compreendendo o primeiro grau. O segundo grau de jurisdição (recursal) é composto por 10 desembargadores vitalícios, sendo 08 magistrados trabalhistas de carreira, 01 representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, Seção Paraíba) e 01 representante do Ministério público do Trabalho (MPT).

A conformidade legal das atividades do Tribunal observa a legislação da Lei nº 8.112/1990 para a contratação dos servidores, da Lei nº 8.666/1993 para contratação dos seus fornecedores, da Lei nº 4320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 para suas finanças e contabilidade e ainda estão conforme os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 9ª Edição e suas Alterações), com o objetivo de proporcionar melhor compreensão sobre a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho da unidade.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS:

1) **DISPONIBILIDADES:** estão registrados pelo valor original em moeda nacional (REAL), constantes da parte da conta única (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) destinada à Unidade Gestora do TRT da 13ª Região. A partir de 2017 os recursos oriundos da receita de remuneração de depósitos judiciais (fonte 1138), convênio com os bancos BB e CEF, foram centralizados pelo CSJT;

2) **OBRIGAÇÕES:** estão registradas pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes correções monetárias e juros ao principal;

3) **ESTOQUES EM ALMOXARIFADO:** estão registrados pelo valor de aquisição. No exercício de 2019 ocorreu a troca do software utilizado para gestão dos estoques em

almoxarifado desta UPC. O sistema utiliza o método do custo médio;

4) IMOBILIZADO:

4.1) Bens Imóveis: estão demonstrados pelo valor registrado no SPIUnet, deduzidos da depreciação acumulada calculada e registrada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU);

4.2) Bens Móveis: estão demonstrados pelo custo de aquisição, adicionados a todos os gastos incorridos para colocar o bem em condições de uso. A conta patrimonial de bens móveis é deduzida da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas pela Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

5) INTANGÍVEL: estão registrados pelo valor de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, quando cabível (software com vida útil definida), calculada pelo método das cotas constantes, como estabelece a Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	33.294.805,69	13.425.180,09	PASSIVO CIRCULANTE	16.725.161,96	11.379.715,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.209.129,58	8.095.147,63	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5.404.511,63	11.264.073,54
Créditos a Curto Prazo	8.164.930,99	4.259.227,48	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	8.164.930,99	4.259.227,48	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	54.181,63	-
Estoques	707.148,27	825.569,90	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	213.596,85	245.235,08	Demais Obrigações a Curto Prazo	11.266.468,70	115.642,42
ATIVO NÃO CIRCULANTE	116.507.422,75	114.439.936,35	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	2.559,38
Ativo Realizável a Longo Prazo	307.973,09	328.691,86	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	2.559,38
Créditos a Longo Prazo	307.973,09	328.691,86	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	307.973,09	328.691,86	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Imobilizado	112.244.558,96	108.832.181,18	Provisões a Longo Prazo	-	-
Bens Móveis	22.847.772,67	19.645.409,06	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	16.725.161,96	11.382.275,34
Bens Móveis	47.118.423,34	41.952.980,11	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-24.270.650,67	-22.307.571,05	Demais Reservas	-	4.919,52
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	133.077.066,48	116.477.921,58
Bens Imóveis	89.396.786,29	89.186.772,12	Resultado do Exercício	9.288.668,26	33.141.541,10
Bens Imóveis	89.683.639,22	89.372.825,86	Resultados de Exercícios Anteriores	116.477.921,58	84.416.664,48
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-286.852,93	-186.053,74	Ajustes de Exercícios Anteriores	7.310.476,64	-1.080.284,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	133.077.066,48	116.482.841,10
Intangível	3.954.890,70	5.279.063,31			
Softwares	3.954.890,70	5.279.063,31			
Softwares	3.954.890,70	6.089.123,50			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-810.060,19			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
TOTAL DO ATIVO	149.802.228,44	127.865.116,44	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149.802.228,44	127.865.116,44

FONTE: SIAFI WEB 2023

1.1 Ativo Circulante

1.1.1 O Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor total de R\$ 24.209.129,58 (Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento) estão registrados pelo valor original em moeda nacional e compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo no montante de R\$ 8.164.930,99 correspondem a Adiantamentos de Salários, 1/3 de Férias e 50 por cento do 13º Salários de magistrados e servidores referente ao mês de janeiro de 2024.

1.1.3 Estoques (Almoxarifado – Materiais de Consumo), no valor total de R\$ 707.148,27

são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado e quando há deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos, utiliza-se o valor realizável líquido. As diferenças de valor de estoques são contabilizadas em contas de resultado.

1.1.4 VPDs Pagas Antecipadamente, no valor total de R\$ 213.596,85 compreendem a pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD - DESPESAS) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão a curto prazo. Representa Prêmios de Seguros a Apropriar (seguros de imóveis e veículos) e Assinaturas e Anuidades a Apropriar (revistas e editoriais).

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Créditos a Longo Prazo, no valor total de R\$ 307.973,09 compreende ao registro do crédito a receber da FUNPRESP – JUD – Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Poder Judiciário, relativo ao aporte a título de adiantamento de contribuições futuras. Do saldo final, R\$ 15.394,28 refere-se à atualização monetária mensal com base no IPCA/IBGE, de acordo com entendimento do STF constante do parecer NR 105/2015, menos R\$ 36.113,05 da quinta parcela de devolução do Aporte Inicial da FUNPRESP-JUD conforme Mensagem SEOFI/CSJT nº 281/2023.

1.2.2 O Imobilizado, no valor total de R\$ 112.244.558,96 é composto de bens móveis, imóveis e Intangíveis reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção.

1.2.2.1 Os Bens Móveis apresenta o valor total de R\$ 47.118.423,34 e são representados por máquinas, aparelhos e equipamentos, bens de informática, móveis e utensílios, materiais bibliográficos, veículos, demais bens móveis menos a depreciação acumulada no valor de R\$ 24.270.650,67 calculada pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas pela Macrofunção SIAFI 02.03.03. No caso de transferências de ativos, como bens dados em doação, o valor atribuído é o valor líquido contábil, consideradas as reavaliações ou desvalorizações verificadas. Há registro na Conta de Bens Móveis Inservíveis no valor de R\$ 1.324.532,20 referente a protocolos de doações em tramitação não concluídos. Há ainda no exercício saldo na Conta de Bens Não Localizados no valor de R\$ 3.495.595,31 resultado do Relatório da Comissão de Inventário do Exercício de 2023.

1.2.2.2 Os Bens Imóveis apresenta o valor total de R\$ 89.683.639,22 e correspondem a Edifícios, Terrenos, Varas do Interior, Fórum da Capital, Imóveis a Classificar/a Registrar no SPIUnet menos a depreciação acumulada no valor de R\$ 286.852,93 calculada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Quanto a conta Bens Imóveis a Classificar/a Registrar apresenta saldo de R\$ 2.226.032,87 perdurando uma parte desde 2015, tendo em vista que as atualizações cadastrais envolvem várias ações em diversos órgãos, tais como prefeituras, cartórios e a própria Superintendência do Patrimônio da União o que dificulta a solução do problema. Existe uma Comissão Especial de Regularização dos Imóveis da União designada pela Portaria TRT GP nº 212/2017, que trabalha no sentido de sanar as pendências existentes na obtenção dos documentos comprobatórios dos recolhimentos previdenciários, seja perante o setor responsável pela guarda e conservação dos documentos deste Regional, seja perante a empresa responsável pela obra, ou, ainda, perante o INSS.

1.2.3 O Intangível no valor total de R\$ 3.954.890,70 são os direitos referentes à aquisição de bens incorpóreos, tais como softwares mensurados com base no valor de aquisição. O Proad TRT13 745/2023 trata de Exposição de Motivos procedente da CMP – Coordenadoria de Material e Patrimônio, informando a necessidade de padronização da classificação de contas contábeis no SCMP - Sistema de Controle de Material e Patrimônio, referentes aos bens intangíveis (softwares) com vida útil definida e indefinida. Com essa nova classificação houve uma redução no grupo do intangível de R\$ 1.324.172,61 que representava softwares com vida útil definida e vencidos.

No exercício não houve reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa.

2.1 Passivo Circulante

2.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo no montante de R\$ 5.404.511,63. Desse valor a quantia de R\$ 3.382.907,70 correspondem aos saldos de Férias a que os servidores e magistrados tem direitos (abono constitucional e salário de férias) conforme reportado na Mensagem SEOFI/CSJT nº 035/2018, e também informado pela Mensagem SIAFI 2018/0778560, a STN publicou em 04/06/2018 no Manual SIAFI a nova versão da Macrofunção SIAFI 02.11.42 – FOLHA DE PAGAMENTO, cuja demanda diz respeito a mudanças na Rotina Contábil de Folha de Pagamento. E a quantia de R\$ 1.952.131,98 refere-se ao saldo de passivos de pessoal de exercícios anteriores não pagos e que estão em fila de pagamento, aguardando a solução de pendências de documentos para sua quitação.

2.1.2 Demais Obrigações a Curto prazo apresenta um montante de R\$ 11.266.468,70 que evidencia as retenções feitas em dezembro para recolhimento em DARF Numerado com vencimento para 19/01/2024 conforme legislação da Receita Federal do Brasil.

2.3 Patrimônio Líquido

2.3.1 Demais Reservas apresenta as Transferências de saldo da conta contábil 23711.02.01 para a 2361102.00 no montante de R\$ 75.104.300,08, decorrente de lançamentos efetuados na conta contábil 4611102.00 nos exercícios de 2021 e 2022, ponderando-se os registros efetuados na conta contábil 36111.02.00 nos referidos períodos, lançamentos efetuados pela Coordenação Geral de Contabilidade da União (UG 170999/00001) no dia 18/01/2024 com data de emissão retroagindo a 31/12/2023.

2.3.2 O Resultado do Exercício é formado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA (receitas) e Diminutivas – VPD (despesas), de R\$ 563.908.883,11 e R\$ 554.620.214,85, respectivamente, o que resultou no valor de R\$ 9.288.668,26. Esse resultado está detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Esse resultado do exercício foi causado pelo aumento nas Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA (receitas) nos grupos:

“Transferências e Delegações Recebidas” que se refere aos sub-repasses recebidos do CSJT (Órgão Setorial da Justiça do Trabalho) no valor de R\$ 551.561.657,97.

“Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos” representa os recebimentos de recursos oriundos dos depósitos judiciais junto à Caixa Econômica e Banco do Brasil. A liberação desse tipo de recurso é realizada pelo CSJT, o qual centraliza toda a arrecadação da Justiça do Trabalho. E ainda ao recebimento auferido da concessão de espaço físico do TRT13 num valor total de R\$ 1.693.543,34; e,

“Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” que evidencia o recolhimento de Indenizações e Restituições a Fazenda Nacional por servidores e magistrados ativos e inativos na folha de pessoal no valor de R\$ 1.631.908,36.

2.3.3 Os Ajustes de Exercícios Anteriores apresenta saldo credor no valor de R\$ 7.310.476,64, correspondente aos saldos de registros credores no valor de R\$ 8.390.760,64 dos Bens Móveis Baixados por Doação e Transferência conforme autorização do Desembargador Presidente, Registros de Baixa de Passivos de Pessoal pelo pagamento e ainda pelos Ajustes de Depreciação e Amortização Acumulada dos Bens Móveis e Intangíveis conforme Novo Sistema de Controle de Material e Patrimônio do TRT13 e aos saldos de registros devedores no valor de R\$ 1.080.284,00 da Transferência da Conta Ajustes de Exercícios Anteriores para a Conta Superávits ou Deficits de Exercícios Anteriores.

2.4 O Balanço Patrimonial desta UPC apresentou resultado positivo entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ou seja, superavit financeiro no exercício em análise no valor de R\$ 10.545.393,89.

2. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	563.908.883,11	551.206.630,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.982.038,63	7.256.102,36
Taxas	8.982.038,63	7.256.102,36
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.693.543,34	3.092.604,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.693.543,34	3.092.604,01
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	15.666,68	25.181,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	3,64
Juros e Encargos de Mora	-	0,08
Variações Monetárias e Cambiais	15.666,68	25.177,43
Transferências e Delegações Recebidas	551.583.290,68	511.041.317,28
Transferências Intragovernamentais	551.561.657,97	510.878.392,17
Outras Transferências e Delegações Recebidas	21.632,71	162.925,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.435,42	27.214.562,67
Reavaliação de Ativos	-	27.213.446,67
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.435,42	1.116,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.631.908,36	2.576.863,07
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.631.908,36	2.576.863,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	554.620.214,85	518.065.089,44
Pessoal e Encargos	334.422.581,36	316.222.593,89
Remuneração a Pessoal	265.933.404,17	250.014.975,75
Encargos Patronais	50.610.967,41	51.439.203,43
Benefícios a Pessoal	16.465.116,29	13.373.751,72
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.413.093,49	1.394.662,99
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	137.865.293,20	120.835.111,07
Aposentadorias e Reformas	115.290.031,14	101.690.542,99
Pensões	21.311.423,41	18.978.432,38
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.263.838,65	166.135,70
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	40.822.285,63	38.615.150,57
Uso de Material de Consumo	763.877,00	787.767,40
Serviços	37.086.673,03	34.042.716,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.971.735,60	3.784.666,20
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	43.022,07	58.138,60
Variações Monetárias e Cambiais	43.022,07	58.138,60
Transferências e Delegações Concedidas	11.715.431,53	13.524.105,50
Transferências Intragovernamentais	10.738.527,86	12.063.921,17

Outras Transferências e Delegações Concedidas	976.903,67	1.460.184,33
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	28.205.006,10	27.428.256,03
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.118.703,80	554.276,53
Perdas Involuntárias	111.748,81	35.435,65
Incorporação de Passivos	24.632.528,69	23.408.059,79
Desincorporação de Ativos	342.024,80	3.430.484,06
Tributárias	454.542,56	388.777,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	75.064,11	72.020,29
Contribuições	379.478,45	316.757,10
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.092.052,40	992.956,39
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.092.052,40	992.956,39
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.288.668,26	33.141.541,10

FONTE: SIAFI WEB 2023

2.1 A *Demonstração das Variações Patrimoniais* é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício.

2.1.1 *Com relação às Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) que compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido se alcançou o valor de R\$ 563.908.883,11. Observa-se que desses recursos, em sua maioria, são representados pelas Transferências Intragovernamentais – sub-repasses financeiros do Órgão Setorial de Programação Financeira da Justiça do Trabalho (CSJT) no valor de R\$ 551.561.657,97. Em seguida vem as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria que são as Taxas de Custas Processuais e Taxas de Custas e Emolumentos arrecadadas no exercício no valor de R\$ 8.982.038,63. E ainda a Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos que representam as receitas de convênios (Sobre os Depósitos Judiciais) com as instituições financeiras Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil no valor de R\$ 1.693.543,34, recursos centralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – a partir do exercício de 2017.*

2.1.2 *Com relação às Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) que compreende o decréscimo durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento de passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido se alcançou o valor de R\$ 554.620.214,85. Os valores de maiores impactos são as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (Remunerações, Vantagens Individuais, Obrigações Patronais e Benefícios a Servidores) no valor de R\$ 334.422.581,36 e Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Reformas e Pensões) no valor de R\$ 137.865.293,20, considerando o objetivo da entidade, que é o julgamento de ações trabalhistas.*

2.1.3 *O Resultado Patrimonial do Período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Tivemos resultado positivo ou superavit patrimonial em R\$ 9.288.668,26.*

3. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.833.683,73	11.534.852,73
INGRESSOS	564.343.897,87	523.923.889,79
Outros Ingressos Operacionais	564.343.897,87	523.923.889,79
Ingressos Extraorçamentários	543.552,70	151.417,24
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	110,18	
Transferências Financeiras Recebidas	551.543.638,37	510.878.392,17
Arrecadação de Outra Unidade	12.240.056,21	12.892.964,38
Demais Recebimentos	16.540,41	1.116,00
DESEMBOLSOS	-540.510.214,14	-512.389.037,06
Pessoal e Demais Despesas	-480.188.747,47	-450.013.999,68
Judiciário	-321.141.620,16	-313.342.123,53
Previdência Social	-133.772.990,98	-129.590.039,61
Encargos Especiais	-25.274.026,15	-7.081.946,72
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-110,18	110,18
Transferências Concedidas	-49.040.865,30	-50.155.144,17
Intragovernamentais	-49.040.865,30	-50.155.144,17
Outros Desembolsos Operacionais	-11.280.601,37	-12.219.893,21
Dispêndios Extraorçamentários	-543.552,70	-151.417,24
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-4.554,80
Transferências Financeiras Concedidas	-10.737.048,67	-12.063.921,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.719.701,78	-8.452.608,78
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-7.719.701,78	-8.452.608,78
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.735.230,78	-5.837.933,35
Outros Desembolsos de Investimentos	-984.471,00	-2.614.675,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16.113.981,95	3.082.243,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.095.147,63	5.012.903,68
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	24.209.129,58	8.095.147,63

FONTE: SIAFI WEB 2023

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. *O objetivo da DFC é contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Essa demonstração é, também, um importante instrumento de avaliação da gestão pública, pois, segundo o MCASP, permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em investimentos e financiamentos, além de permitir a verificação de como a administração influenciou na liquidez da entidade, de forma a prevenir insolvência futura.*

3.1 Fluxos de Caixa das Atividades das Operações:

3.1.1 Os Ingressos de recursos no valor de R\$ 564.343.897,87, em sua maioria, são representados pelas Transferências Financeiras Recebidas no montante de R\$ 551.543.638,37, considerando que não há captação de receitas derivadas e originárias, apenas transferências correntes recebidas.

3.1.2 Os Desembolsos de recursos no valor de R\$ 540.510.214,14, em sua maioria, são representados pelas Despesas de Pessoal e Previdência Social no montante de R\$ 480.188.747,47. Seguida das Transferências Concedidas Intragovernamentais no valor de R\$ 49.040.865,30 representados pelas despesas de Obrigações Patronais (PSSS e INSS) e de Serviços de Terceiros no valor de R\$ 11.280.601,37.

3.2 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:

3.2.1 Os Desembolsos com Aquisição de Ativo Não Circulante no valor de

R\$ 6.735.230,78 refere-se às despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2023 e os Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e pagos em 2023, classificados como Despesas de Capital, natureza de despesa 44.90.51.00 – Obras e Instalações e 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

3.2.2 Outros Desembolsos de Investimentos no valor de R\$ 984.471,00 refere-se às despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2023 e os Restos a Pagar inscritos em anos anteriores e pagos em 2023, classificados como Despesas de Capital, natureza de despesa 44.90.40.00 – Outros Serviços de Terceiros TI Pessoa Jurídica (Software).

3.3 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

3.3.1 Atividades não utilizadas pelo Órgão.

3.4 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – o valor positivo de R\$ 16.113.981,95 representa a diferença entre os valores inicial do Caixa e Equivalente e os valores do Caixa e Equivalentes Final, indicando que houve mais entrada do que saída de recursos financeiros, ao longo do exercício de 2023.

3.5 Caixa e Equivalente de Caixa Inicial - O somatório dos saldos das contas do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no início do exercício de 2023, corresponde a R\$ 8.095.147,63.

3.6 Caixa e Equivalente de Caixa Final – O somatório dos saldos das contas do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no final do exercício de 2022, corresponde a R\$ 24.209.129,58.

4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			549.747.630,91	549.747.630,91
TOTAL	-	-	549.747.630,91	549.747.630,91
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	48.809.974,00	-	-48.809.974,00
Créditos Cancelados	-	48.809.974,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	485.595.296,00	528.311.270,00	541.311.386,27	539.775.763,08	528.443.079,80	-13.000.116,27
Pessoal e Encargos Sociais	430.062.398,00	469.695.154,00	483.347.319,76	483.181.438,08	472.091.914,21	-13.652.165,76
Outras Despesas Correntes	55.532.898,00	58.616.116,00	57.964.066,51	56.594.325,00	56.351.165,59	652.049,49
DESPESAS DE CAPITAL	2.449.400,00	8.543.400,00	8.436.244,64	7.763.938,90	7.706.499,90	107.155,36
Investimentos	2.449.400,00	8.543.400,00	8.436.244,64	7.763.938,90	7.706.499,90	107.155,36
SUBTOTAL DAS DESPESAS	488.044.696,00	536.854.670,00	549.747.630,91	547.539.701,98	536.149.579,70	-12.892.960,91
TOTAL	488.044.696,00	536.854.670,00	549.747.630,91	547.539.701,98	536.149.579,70	-12.892.960,91

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	31.014,05	892.424,91	598.149,82	598.149,82	259.604,66	65.684,48
Pessoal e Encargos Sociais	-	52.322,20	-	-	52.322,20	-
Outras Despesas Correntes	31.014,05	840.102,71	598.149,82	598.149,82	207.282,46	65.684,48
DESPESAS DE CAPITAL	13.154,73	32.751,17	13.201,88	13.201,88	32.704,02	0,00
Investimentos	13.154,73	32.751,17	13.201,88	13.201,88	32.704,02	0,00
TOTAL	44.168,78	925.176,08	611.351,70	611.351,70	292.308,68	65.684,48

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	188.272,97	188.272,97	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	25.721,43	25.721,43	-	-
Outras Despesas Correntes	-	162.551,54	162.551,54	-	-
TOTAL	-	188.272,97	188.272,97	-	-

FONTE: SIAFI WEB 2023

A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa o Deficit ou Superavit Orçamentário. No Balanço Orçamentário do TRT13 essa diferença é apresentada como deficit no valor de R\$ 549.747.630,91, pois não há valores registrados em Receitas Realizadas, uma vez que esses valores, no âmbito da Justiça do Trabalho, são apresentados no demonstrativo do Órgão Setorial de Programação Financeira - CSJT(UG 080017). O valor de R\$ 549.747.630,91 corresponde ao valor das despesas empenhadas no exercício de 2023.

A composição da Dotação Atualizada, no valor de R\$ 561.516.311,34, está equacionada desta forma:

<i>Dotação Inicial</i>	<i>Em Reais</i>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 430.062.398,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 55.532.898,00
Despesas de Capital	R\$ 2.449.400,00
<i>Total da Dotação Inicial</i>	<i>R\$ 488.044.696,00</i>
Créditos Suplementares – Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 39.632.756,00
Créditos Suplementares – Outras Despesas Correntes	R\$ 3.083.218,00
Créditos Suplementares – Investimentos	R\$ 6.094.000,00
<i>Total da Dotação Autorizada</i>	<i>R\$ 536.854.670,00</i>

Destacamos ainda as Descentralizações de Créditos Internas (Provisões) e Externas (Destaques) a seguir:

<i>Provisões Recebidas – Outras Despesas Correntes</i>	<i>R\$ 36.098,00</i>
<i>Destaques Recebidas _ RPV</i>	<i>R\$ 3.173.847,34</i>
<i>Destaques Recebidos – Precatórios</i>	<i>R\$ 21.451.696,00</i>
<i>Total das Descentralizações Recebidas</i>	<i>R\$ 24.661.641,34</i>

Assim, o orçamento total disponibilizado ao TRT13, no exercício de 2023, importou em R\$ 561.516.311,34, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual nº 14.535 de 17/01/2023, os créditos suplementares adicionais e as descentralizações recebidas (provisões e destaques). Do montante foi executado (empenhado) o valor de R\$ 549.747.630,91 que corresponde a 97,90% do orçamento atualizado.

Os Restos a Pagar Não Processados do Exercício Anterior no valor de R\$ 925.176,08 foram liquidados e pagos o valor de R\$ 611.351,70 que corresponde a 66,08% do montante inicial. E ainda cancelados no valor de R\$ 292.308,68. Ficando o saldo a pagar de R\$ 65.684,48.

Os Restos a Pagar Processados do Exercício Anterior no valor de R\$ 188.272,97 foram todos liquidados e pagos em 2023.

5. BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	549.747.630,91	509.175.771,55
Ordinárias	-	-	Ordinárias	423.931.806,28	388.266.010,84
Vinculadas	-	-	Vinculadas	125.815.824,63	120.909.760,71
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	12.206.770,32	14.288.499,61
Transferências a Estados, Distrito Federal e	-	-	Previdência Social (RPPS)	109.263.051,91	103.349.484,00
Recursos Extraorçamentários	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.346.002,40	-
Recursos Não Classificados	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	-	3.271.777,10
Transferências Financeiras Recebidas	551.543.638,37	510.878.392,17	Transferências Financeiras Concedidas	10.737.048,67	12.063.921,17
Resultantes da Execução Orçamentária	551.289.792,28	510.431.388,26	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	551.289.792,28	510.431.388,26	Independentes da Execução Orçamentária	10.737.048,67	12.063.921,17
Independentes da Execução Orçamentária	253.846,09	447.003,91	Movimento de Saldos Patrimoniais	10.737.048,67	12.063.921,17
Demais Transferências Recebidas	119.716,02	210.546,60	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	134.130,07	236.457,31	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	26.398.310,71	14.159.056,85	Pagamentos Extraorçamentários	1.343.287,55	715.512,35
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11.390.122,28	188.272,97	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	188.272,97	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.207.928,93	925.176,08	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	611.351,70	559.540,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	543.552,70	151.417,24	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	543.552,70	151.417,24
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.256.706,80	12.894.190,56	Outros Pagamentos Extraorçamentários	110,18	4.554,80
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de	-	110,18	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	110,18	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	110,18	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	4.554,80
Arrecadação de Outra Unidade	12.240.056,21	12.892.964,38			
Demais Recebimentos	16.540,41	1.116,00			
Saldo do Exercício Anterior	8.095.147,63	5.012.903,68	Saldo para o Exercício Seguinte	24.209.129,58	8.095.147,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.095.147,63	5.012.903,68	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.209.129,58	8.095.147,63
TOTAL	586.037.096,71	530.050.352,70	TOTAL	586.037.096,71	530.050.352,70

FONTE: SIAFI WEB 2023

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

5.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

5.1.1 As Receitas Orçamentárias – Ordinárias e Vinculadas - Em 2023 não houve valores de receitas orçamentárias, uma vez que os recursos derivados da Lei Orçamentária Anual - LOA foram transferidos da UG 080017 – Setorial da Justiça do Trabalho - CSJT, por meio de Sub-repasse, tendo seu saldo demonstrado em Transferências Financeiras Recebidas.

5.1.2 As Transferências Financeiras Recebidas, no valor de R\$ 551.543.638,37, destaca-se os Sub-repasses Recebidos da UG 080017 no valor de R\$ 551.289.792,28. Houve também Demais Transferências Recebidas no valor de R\$ 119.716,02 para Restituições de Receitas (Emolumentos e Custas Processuais) – GRU e Movimentação de Saldos Patrimoniais no valor de R\$ 134.130,07.

5.1.3 Os Recebimentos Extraorçamentários evidenciam os ingressos não previstos no orçamento que serão restituídos nos exercícios seguintes, por decisão administrativa ou judicial e teve como composição:

5.1.3.1 Inscrição dos Restos a Pagar Processados: referem-se aos valores empenhados no exercício de 2023 e inscritos para pagamento no exercício seguinte. Compõem o Balanço Financeiro para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, no valor de R\$ 11.390.122,28.

5.1.3.2 Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados: referem-se aos valores

empenhados no exercício de 2023 e inscritos para pagamento em exercícios futuros. Compõem o Balanço Financeiro para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, no valor de R\$ 2.207.928,93.

5.1.3.3 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 543.552,70 refere-se a entradas compensatórias, como por exemplo, Ordens Bancárias canceladas.

5.1.3.4 Outros Recebimentos Extraorçamentários refere-se a arrecadação de Outra Unidade no valor de R\$ 12.256.706,80, por meio de Guias de Recolhimento da União, cujos recursos são administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional ou diretamente pela unidade gestora, nos casos das fontes 1000, 1012, 1027, 1050, 1079 e 1138. Os valores são registrados na conta contábil 89991.08.02 (Controle da Arrecadação na UG Arrecadadora).

5.1.4 O Saldo do Exercício Anterior no valor de R\$ 8.095.147,63 é correspondente ao caixa e equivalentes de caixa, oriundo do exercício de 2022.

5.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

5.2.1 As Despesas Orçamentárias empenhadas do TRT13 alcançaram o montante R\$ 549.747.630,91, e estão registradas nas contas contábeis 62213.04.00 – Crédito Empenhado, Liquidado e Pago e 62213.05.00 – Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP.

5.2.1.1 As Despesas Ordinárias no valor de R\$ 423.931.806,28 representam as despesas empenhadas na fonte de recursos 1000 – Recursos Ordinários.

5.2.1.2 As despesas Vinculadas no valor de R\$ 125.815.824,63 são compostas por despesas empenhadas nas fontes 1051, 1056 e 1069 (Pagamento de Inativos e Pensionistas) e despesas empenhadas com Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas no valor de R\$ 4.346.002,40, os quais se referem aos dispêndios vinculados que não se enquadram nos demais itens. No caso do TRT13, são as despesas empenhadas nas fontes 1027 (Custas Judiciais) e 1138 (Recursos de Convênios).

5.2.2 As Transferências Financeiras Concedidas Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária no valor de R\$ 10.737.048,67 correspondem às transferências independentes da execução registrado na totalidade na conta Movimento de Saldos Patrimoniais (35122.03.00) que é constituído pelo recolhimento de custas e emolumentos judiciais, por meio de GRU (códigos 18740-2 e 18770-4), tendo a UG 170500 – Coordenação-Geral de Programação Financeira da STN, como beneficiária.

5.2.3 As Despesas Extraorçamentárias no valor de R\$ 1.343.287,55, constitui-se do pagamento dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 188.272,97, pagamento dos Restos a Pagar Não Processados R\$ 611.351,70 e dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, no valor de R\$ 543.552,70.

Quanto aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, referem-se a acertos de Ordens Bancárias canceladas, e correspondem aos valores registrados na fonte 1490 – Recursos Diversos, da conta contábil 82114.00.00 – DDR Utilizadas por Pagamento de Despesas Orçamentárias e Outros.

5.2.4 O Saldo para o Exercício Seguinte no valor de R\$ 24.209.129,58 refere-se ao somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, que serão

transferidos para o exercício seguinte.

5.3 O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros compara o saldo transferido do exercício anterior como aquele transposto para o exercício seguinte, indicando o impacto do resultado financeiro sobre a conta Caixa e Equivalentes de Caixa conforme segue:

Saldo para o Exercício Seguinte (A)	R\$ 24.209.129,58
Saldo do Exercício Anterior (B)	R\$ 8.095.147,63
<u>Diferença (A-B)</u>	<u>R\$ 16.113.981,95</u>

Quociente (A/B): 2,99%.

O Quociente no exercício de 2023 foi de 2,99% demonstrando que ocorreu um superavit financeiro. Além disso, ao observar a diferença entre os saldos, constata-se que houve mais ingressos do que dispêndios financeiros, no montante de R\$ 16.113.98,95.

SALETIEL DIAS PAZ
CHEFE DA DIVISÃO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL
CRC PB 004430/O